

Teresa Cristina de Bourbon (1822-1889): a face oculta da imperatriz silenciosa

Lucia Maria Paschoal Guimarães

Declarado maior de idade em 23 de julho de 1840, aclamado imperador e coroado em 18 de julho de 1841, d. Pedro II viu-se diante de um dilema ao completar dezoito anos, em 1842. Necessitava contrair núpcias, para melhor assegurar à dinastia de Bragança seus direitos de sucessão ao trono que assumira precocemente. Mas, na América – continente onde a exceção do Brasil só havia repúblicas - não existiam princesas. Para solucionar o impasse, governo imperial enviou à Europa uma missão diplomática, chefiada pelo conselheiro Bento Lisboa, tendo como secretário José Ribeiro da Silva, com plenos poderes para contratar o casamento do soberano.

Várias tentativas se sucederam, sem alcançar êxito. Bento Lisboa peregrinou pelas cortes mais tradicionais do Velho Mundo, a exemplo da Áustria, da Espanha e da Rússia em busca de uma noiva para o soberano brasileiro. A perspectiva de viver em um país tropical e distante, quase desconhecido dos europeus não atraía as prováveis candidatas, mesmo na condição de imperatriz. Ademais, para os padrões da realeza da época, a fortuna pessoal de d. Pedro II deixava a desejar, o que tornava ainda mais difícil negociar o seu enlace com uma jovem de alta linhagem.

Sabe-se que na corte austríaca, o todo poderoso Metternich fez ver aos representantes brasileiros que deveriam procurar uma consorte em outro Estado católico, de menor expressividade no conserto europeu. A missão era muito espinhosa, pois cumpria também atender ao lado político da aliança matrimonial.

O certo é que o conselheiro e seu secretário agiam discretamente, sob segredo diplomático. Ainda em Viena, seguindo a orientação do próprio Metternich, ele iniciou

conversações com o cavaleiro Ramires, ministro de Nápoles, para formalizar o noivado de d. Pedro II com d. Teresa Cristina Maria, filha do rei Francisco I das Duas Sicílias. O contrato nupcial foi assinado em 20 de abril de 1842. Logo em seguida, José Ribeiro da Silva partiu para o Brasil a fim de ratificá-lo. Levava, também, um retrato da futura noiva.



Aliás, há quem diga que a jovem da pintura era a princesa Maria Carolina Fernanda, irmã de d. Teresa Cristina. Segundo a bisneta da imperatriz, a condessa René de Nicolay, cuja genitora – d. Maria Pia de Bourbon-Sicilia - vinha a ser sobrinha neta da imperatriz, o casamento de d. Pedro II fora ajustado com uma das filhas de Francisco I – possivelmente a princesa Maria Carolina Fernanda. Porém, esta quando se deu conta que era preciso atravessar o oceano e deixar a família para sempre, voltou atrás e recusou peremptoriamente o. Sua irmã Teresa Cristina se prontificou e aceitou partir em seu lugar.

Seja como for, depois de referendado o contrato, naquele mesmo ano, uma divisão naval brasileira seria despachada para Nápoles, com uma pequena comitiva, a fim de buscar a futura imperatriz. Por sinal, as fontes revelam que a chegada dos navios em Nápoles suscitou grande curiosidade na população. No diário de viagem, do capelão da frota, o cônego Manuel Joaquim da Silveira, lê-se:

“(…) Não sei, pois, que juízo se fazia em Nápoles de nós, mas ao que me pareceu não nos era esse juízo muito favorável. Bom foi que a velha Nápoles nos visse, nos examinasse, para acreditar que os Brasileiros não eram como nos tem pintado alguns homens de má fé que nos têm pago a hospitalidade com a maledicência.

Pelas palavras do capelão, compreendem-se as dificuldades enfrentadas pela diplomacia imperial nas negociações para contratar o matrimônio de d. Pedro II, bem como os revezes que seus representantes haviam sofrido nas cortes de Madrid, Viena e São Petersburgo.

O certo é que em 30 de maio de 1843, deu-se a celebração do casamento por procuração. Dias depois, na Capela Real do Palácio Chiamonti, a princesa seria entregue ao monarca brasileiro, na pessoa do embaixador extraordinário José Alexandre Carneiro Leão. Nascida em 14 de março de 1822, Teresa Cristina estava com 21 anos quando desembarcou no Rio de Janeiro, em setembro de 1843.

Além da comitiva brasileira, fazia-se acompanhar de um irmão, o príncipe Luís, conde de Áquila, que deveria casar-se com d. Januária, irmã de d. Pedro II. Segundo consta, o jovem soberano teria ficado profundamente decepcionado ao ver a esposa primeira vez. Ela era bem diferente do retrato que lhe fora apresentado: de estatura baixa, morena, acima do peso e manca.



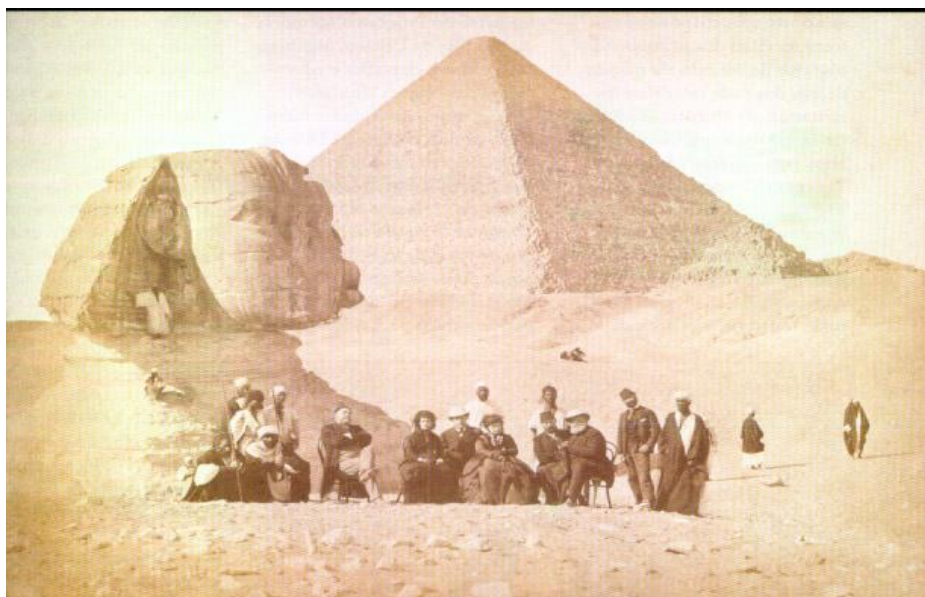
O desapontamento de d. Pedro II, porém, seria superado num curto lapso de tempo. Teresa Cristina o cativou por sua personalidade discreta, pelo caráter firme e bondoso, pela inteligência e todas as outras qualidades que possuía em larga medida. Eles mantiveram uma relação duradoura que, além da natureza afetiva, encontrava suas raízes na comunhão de interesses intelectuais e culturais. O casal teve quatro filhos: Afonso, Isabel, Pedro Afonso e Leopoldina, nascidos, respectivamente, em 1845, 1846, 1847 e 1848. Os dois varões tiveram vida muito breve: o primogênito faleceu com dois anos e o segundo com poucos meses. A princesa Leopoldina também morreu cedo, aos 24 anos, em Viena. Da sua prole, sobreviveu apenas a princesa Isabel, desaparecida em 1921, em Paris.



D. Pedro II e d. Teresa Cristina partilharam uma intensa vida em comum, interrompida somente pelo desaparecimento da imperatriz, em 28 de dezembro de 1889, vítima de um ataque cardíaco, ocorrido em Portugal, na cidade do Porto, 41 dias após a queda da monarquia. No seu leito de morte, admitiu que falecia não por causa de enfermidade, mas sim por desgosto. A derrubada do regime e o banimento deixaram-na em estado de choque. Consta que na hora da partida, ao descer o último degrau do Cais, antes de entrar na lancha que a conduziria ao navio de guerra rumo ao exílio, sem dizer uma única palavra, a ex-imperatriz ajoelhou-se e beijou o solo, despedindo-se humildemente da pátria adotiva. Durante os quarenta e seis anos que viveu entre nós, d. Teresa Cristina destacou-se por suas virtudes cristãs, o carinho e o cuidado que dispensava à família, bem como a prática da caridade sob o mais rigoroso sigilo. Entre seus súditos, era considerada a “mãe dos brasileiros”.

Contudo, há uma face da Imperatriz que ainda hoje permanece pouco conhecida, até mesmo da historiografia. Talvez, eclipsada pelas suas qualidades pessoais, ou quem sabe devido ao seu calculado afastamento dos assuntos políticos: A princesa nascida às margens do Mediterrâneo, educada e instruída por monsenhor Olivieri, possuía natureza sensível, inteligência apurada e inclinada ao culto das artes. Por sinal, é muito significativo que se tenha deixado fotografar em diversas ocasiões junto a livros, cadernos, tinteiros e outros materiais representativos das suas atividades intelectuais.

Ou então, nas viagens de d. Pedro II, em visita a sítios arqueológicos e monumentos históricos.



Sem dúvida, Teresa Cristina foi uma mulher bem à frente do seu tempo, sobretudo se pensarmos nos padrões de comportamento feminino vigentes na sociedade brasileira patriarcal da segunda metade do século XIX. Muito jovem interessou-se por arqueologia, paixão suscitada pelas escavações nas cidades de Herculana e Pompéia, próximas de Nápoles, iniciadas por seus antepassados em meados do século XVIII. Há, inclusive, quem especule que a deficiência física que a fazia claudicar fora provocada por um acidente sofrido durante a exploração de um sítio arqueológico.

Ao se transferir para o Brasil, a princesa se fez acompanhar de artistas, músicos, professores, botânicos e outros estudiosos. Trouxe, também, algumas preciosidades arqueológicas pertencentes à sua família. Mais tarde, quando recebeu de herança as terras de Veio, nas vizinhanças de Roma, ali promoveu e financiou diversas escavações.

Documentos do Archivio Storico dei Museo Nazionale di Napoli, recentemente localizados, revelam que a Imperatriz tomou a iniciativa de pedir ao seu irmão, o rei Ferdinando II, que assumiu o trono após a morte do pai, para lhe enviar novas peças recuperadas de Pompéia e Herculano, além de outras antiguidades. Pretendia organizar um museu de arqueologia romana no Rio de Janeiro. Começava-se, assim, a reunir uma

coleção composta por material oriundo do Museu Bourbonico, que depois seria enriquecida por achados de época etrusca e romana, procedentes das investigações realizadas em Veio. A partir de 1856, d. Teresa Cristina estabeleceu um intercâmbio com o irmão, passando a trocar peças de artesanato indígena por objetos arqueológicos.

Além da arqueologia, a imperatriz cultivava a arte musiva. Enquanto cuidava de suas filhas em um dos jardins do Palácio de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, denominado então Jardim das Princesas, ela demonstrou um de seus dotes artísticos pessoais, o mosaico. Com conchas, recolhidas nas praias do Rio de Janeiro, e com cacos das peças de serviço de chá da Casa Imperial ela recobriu os bancos, troncos, fontes e paredes do Jardim das Princesas, com uma técnica conhecida como embrechamento, compondo rosáceas, guirlandas, colunas e barras de requintadas combinações de cores e formas. E mais tarde, tal como o Imperador, aprendeu e praticou a arte da fotografia.



Contudo, a maior contribuição da imperatriz ao patrimônio cultural brasileiro foi a coleção que tomou o seu nome, hoje ao abrigo no Museu Nacional. São cerca de 700 itens, a maioria em cerâmica e terracota, além de objetos em bronze, vidro, osso, marfim, âmbar, quatro afrescos, e um busto em mármore. O grande destaque são as estatuetas femininas em terracota, dos sécs. IV-III a.C., os cântaros itálicos do séc. IV a.C., um cálice etrusco, cuja datação aproximada situa-se entre 620 - 580 a.C. Fruto do fascínio de d. Teresa Cristina pela arqueologia, constitui o maior acervo da antiguidade greco-romana existente na América Latina.